

A LÓGICA DO CAPITAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAENSE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROMESSA DE EFICIÊNCIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAENSE – O CASO DA OS-ETTP

Ronaldo Marcos de Lima Araujo
Universidade Federal do Pará
rlima@ufpa.br

Maria Auxiliadora Maués de Lima Araujo
Universidade do Estado do Pará
amaues3@hotmail.com

Resumo: Tematizamos as estratégias do capital de subordinação da educação à lógica mercantil e problematizamos a idéia de público não-estatal e a experiência de gestão privada implementada na educação profissional pública paraense. Tomamos a gestão das escolas estaduais do Pará de educação profissional por uma organização social como um caso revelador da lógica gerencial. Por meio de pesquisa documental verificamos que as promessas de eficiência e eficácia feitas não se concretizaram. Concluimos que os interesses privados, os quais querem tornar-se hegemônicos na gestão pública, devem ser desnaturalizados e relativizados em benefício dos interesses comuns.

Palavras-chave: gestão escolar; lógica gerencial; educação profissional.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para trabalhar a relação público-privado e as políticas educacionais brasileiras partimos da idéia de que o homem não é um ser naturalmente egoísta, movido pelos interesses mesquinhos, como indicava Smith (1996) ao tratar da natureza do homem e das relações capitalistas de produção.

Se o que predomina no conjunto das relações sociais é a racionalidade do proprietário privado, que se relaciona com os outros orientado pelos seus interesses de rentabilidade, consideramos que este é um fenômeno histórico, construído pelos homens e passível de superação pelos próprios homens.

Esta lógica é uma forma hegemônica de racionalidade que justifica as relações de desigualdades cada vez mais presentes em nossa sociedade, mas é histórica. Se conseguirmos mudar a história, mudamos o homem e a racionalidade que orienta as suas ações.

O que sustenta esta consideração é a compreensão de que os interesses privados, mesquinhos, que hoje predominam na sociedade hodierna, determinante do modo de ser e de se portar das pessoas, devem ser desnaturalizados e relativizados em benefício dos interesses comuns. Mais ainda, não podem ser orientadores da gestão da coisa pública.

Os valores e a lógica do capital ganharam força e tornaram-se hegemônicos à medida em que se consolidou o Estado Moderno e o capitalismo, que disseminaram a lógica da propriedade privada fazendo-a predominar em diferentes esferas da vida social, visando naturalizar um conjunto de desigualdades decorrentes desta nova sociabilidade.

O surgimento da propriedade privada capitalista exigiu o desenvolvimento de idéias que o legitimasse e do Estado que trabalhasse, fundamentalmente, para atender aos interesses da burguesia.

Fazer o Estado e a escola pública funcionar segundo esta lógica, conforme os argumentos liberais, seria, portanto, não somente natural como desejável ao capital, proporcionando « condições iguais para que todos os homens pudessem concorrer entre si » e assim permitir que « alcansassem por seu próprios méritos » os benefícios desta disputa, o seu bem estar.

Partimos do suposto de que é à classe capitalista dominante que interessa que acreditemos que somos todos naturalmente motivados por nossos interesses egoístas, pois, assim seria legitimada a sua forma de agir e de se manter no poder político e econômico. No fundo, é este debate que nos propomos neste texto, se as ações individuais, sociais e institucionais estatais devem ser orientadas por interesses mesquinhos, privados, ou por interesses comuns, solidários.

Isto posto, procuramos considerar estas duas lógicas a partir de uma experiência concreta de gestão privada de uma rede de escolas públicas.

A relação Público X Privado e a educação

Para que se possa evidenciar as diferenças que se estabelecem hoje entre a lógica do privado e a lógica do público, demarcando o campo educacional, é preciso um breve olhar para a recente história do Brasil, na qual veremos que esta não é uma tarefa simples. Muitas vezes essas noções e suas respectivas lógicas se confundem, tornando-se necessário explicitar que são diferentes e antagônicas.

O Século XX foi marcado por diferentes disputas em torno dos projetos de educação que deveriam hegemonizar os textos das constituições brasileiras e das leis de diretrizes e bases da educação.

Estas disputas se renovaram nas décadas de 1980 e 1990 quando o Congresso Nacional discutia a nova Constituição e a LDB. Segundo Portela (1995) no campo legal tivemos o estabelecimento de Leis que carregam em si a marca da ambigüidade conceitual ao prever um campo do privado – “com fins ou sem fins lucrativos”.

Para o autor, a constituição de 1988 abriu um campo para que a LDB fizesse uma original compreensão do que seja o público, estatal e privado. A LDB ao estabelecer diferentes tipos de educação privada, o público não estatal e o privado “sem fins lucrativos”, revela o caráter híbrido que se estabeleceu no campo da legislação educacional.

De acordo com Cury (2005), a presença do caráter ambíguo já era verificável no advento da república no Brasil, quando não ficavam claras as diferenças dos papéis do Estado e

da Igreja, bem como na relação privado/confessional, no Brasil Colônia. Também são recorrentes as análises sobre o legado histórico que nos foi deixado, marcado pelas reformas educacionais emanadas dos interesses das elites dominantes que buscavam tomar a coisa pública em benefício de seus interesses mesquinhos. Na educação, por exemplo, estes interesses se renovam e buscam tornar-se hegemônicos inclusive no interior da escola pública.

A ambigüidade conceitual favoreceu a adoção, pelo Estado, de diferentes valores próprios da lógica do capital e a implementação da orientação política privatista. Alie-se a isso o fato de que alguns países periféricos como o Brasil tentaram “modernizar” os serviços da Administração Pública, aperfeiçoando os sistemas de gestão, acompanhamento e controle dos recursos humanos, financeiros e organizativos e buscando a maior flexibilização e eficiência de gestão, adequados à racionalidade econômica neoliberal. Além de utilizarem os mesmos padrões e critérios de produtividade e rentabilidade das empresas privadas modernas, buscaram a sintonia política e ideológica com a nova lógica produtiva e de mercado globalizado (SOUZA, 2003).

Desta forma, visando a modernização da gestão e do processo de inserção do Brasil no mundo globalizado, o Estado brasileiro passou por um conjunto de profundas reformas. No que tange à administração burocrática e às diretrizes para a reforma da administração pública, buscou-se adotar o paradigma da administração gerencial, em contraposição às formas tradicionais de administração pública, a administração patrimonialista e a burocrática, assim entendidas

1. **Administração Patrimonialista:** o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e seus auxiliares, servidores, possuem “status” de nobreza real. A rês pública não é diferenciada dos seus princípios;
2. **Administração Burocrática:** voltada para si própria e para o controle interno; seus princípios orientadores são: a profissionalização, a idéia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional legal;
3. **Administração Gerencial:** flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. A eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se então essencial (BRASIL, 1995: p. 20 – 21).

Desta forma, o paradigma gerencial contemporâneo, se encontraria *fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade* (BRASIL, 1995: p. 23), e teria inspiração nos modelos de administração empresarial de eficiência e qualidade.

Portanto, a reforma do Estado, a partir da década de 1990, passa efetivamente a operar com a concepção de educação organizada a partir da lógica do setor privado. Para isso a idéia de público não estatal é difundida e largamente utilizada.

O Ministro Bresser Pereira (Pereira, s/d), que coordenou no Brasil a Reforma do Estado na década de 1990, para justificá-la, defendia que «além da propriedade privada e da estatal, teríamos a propriedade pública não-estatal, formada pelas entidades sem fins lucrativos

de interesse público, e a propriedade corporativa, constituída pelas associações representativas de interesses» (Pereira, s/d).

Postulava-se assim uma administração pública a partir de um enfoque que estaria supostamente mais próxima dos usuários, centrada em resultados. Ingredientes fundamentais para o possível sucesso e alcance do « interesse público », a partir da adoção da lógica privada na gestão da coisa pública. Confundia-se assim, mais ainda, as noções de o público e de privado.

Partimos neste texto da idéia de que os interesses públicos e privados são diferentes e antagônicos. Diferenciamos agora os significados de público e de privado, tomando como referência inicial Norberto Bobbio (2000). Este autor, ao considerar o conceito de propriedade, afirma que:

Existe uma contraposição-exclusão entre a propriedade pública e a privada, dentro do sistema social” (...) na propriedade pública o sujeito da relação (de posse) é o **universo (social) ou o sistema social** em seu conjunto, conceitualmente diverso da soma dos **sujeitos singulares** que o compõe (privados). Os termos “público” e “privado” exprimem conceitos relativos e exigem, portanto, que se especifique sempre ao universo ao qual se faz referência (Bobbio, 2000, p. 1022-1023 – grifo nosso).

Ao considerar a administração ele estabelece diferenças ainda mais claras entre o público e o privado, caracterizando-a em dois tipos : administração pública e administração privada:

A administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de **interesse público ou comum**, numa coletividade ou organização social (...).

A administração privada é regida por normas próprias e critérios internos de ação (baseados na contabilidade e nas finanças) predisposta a atingir determinados objetivos de caráter produtivo (Bobbio, 2000, p. 11 grifo nossos).

Desta forma, enquanto a administração pública deve movimentar-se por interesses coletivos de bem estar a administração privada orienta-se pela relação custo-benefício e pela busca do lucro.

As diferenças e o antagonismo entre os interesses privados e os interesses públicos são de base objetiva, não subjetiva, da vontade das pessoas. Reconhecemos ainda que a base deste antagonismo está na forma como se organizam as formas de produção dos meios de vida, as relação econômicas, e que ao consolidar-se como modelo econômico-social regulador da vida social, o capitalismo renova a luta das classes dominantes contra os interesses das classes trabalhadoras.

Portanto, não se trata de uma questão de vontade, mas uma questão objetiva, os lucros dos proprietários dos meios de produção são tanto maiores quanto menores forem os ganhos dos trabalhadores. De outro lado, os ganhos dos trabalhadores é tanto maiores quanto menores forem as taxas de lucro do patrão.

Em relação ao privado é necessário ainda diferenciar aquilo que é do âmbito privativo da pessoa ou da família (assim o faz a Constituição Brasileira). Não é esse tipo de interesse privado que obstaculiza o bem estar social. Outro tipo de interesse privado é aquele se relaciona à propriedade privada dos meios de produção da vida, é desta segunda acepção que tratamos aqui quando nos referirmos aos interesses privados.

Implicações do uso destes conceitos para a nossa análise : lógicas diferentes

São lógicas diferentes que orientam a ação pública e a ação privada. Ao se trabalhar a gestão sob a lógica do «privado» as políticas, programas e ações são validadas apenas em função da possibilidade de não gerar prejuízo e de gerar lucro, pois esta é a sua essência.

Mas a administração pública pode e deve assegurar a oferta de serviços que necessariamente dão prejuízo tais como serviços de bombeiros, polícia, seguridade social etc).

A verdade é que há serviços que representam o interesse coletivo e não podem ter paralelos, sob o risco de se espalhar a injustiça e a insegurança públicas. Imaginem o que seria a existência de dois Senados ou duas Câmaras de Deputados. Ou duas diplomacias. Ou dois sistemas de segurança pública. (Gurgel, s/d, p. 2).

Na lógica privada as coisas e ações devem ser tratadas como produtos, inclusive na educação (vide os pacotes educacionais). Já na lógica pública, o público é onde a vontade da maioria, das classes trabalhadoras, pode manifestar-se. Por isso pressupõe que para mediar as relações interpessoais e interinstitucionais é necessário o estabelecimento de uma **democracia**. Por isso que somente no espaço público, portanto, é possível o exercício da democracia e da solidariedade efetiva.

Na lógica do interesse privado prevalece a hierarquia e a vontade do proprietário, em detrimento da vontade coletiva. Não há participação efetiva ou autonomia dos sujeitos mesmo, que se reconheça certa distensão da divisão técnica do trabalho em alguns setores da economia.

O privado se manifesta na vontade de uma pessoa ou de grupo de pessoas, considerando seus objetivos específicos, mesquinhos¹. O público está representado nas sociedades capitalistas pelo Estado, que deve mediar e oficializar os interesses do «universo social» que representa, mesmo que isso não se realize em sua plenitude.

Partimos aqui de uma compreensão marxista do Estado, como órgão, sob qualquer forma (seja democrático ou ditatorial), sempre voltado a cumprir os interesses gerais das classes dominantes, mas reconhecendo-o, também, como resultado das lutas de classes anteriores.

Para Marx, « o Estado, em regimes capitalistas democráticos, tem de atender reivindicações populares variadas »², para legitimar-se. Assim, apesar de não ser a « representação da vontade geral » (Hegel), no Estado se manifestam os interesses antagônicos das diferentes classes.

Os interesses, públicos ou privados, estão intrínsecos às instituições estatais e são objeto de diferentes mediações historicamente construídas: a burocracia, as estruturas organizativas, as

normatizações, a distribuição de pessoal, as estratégias de gestão e de organização de pessoal, as finalidades explicitadas, as estratégias de ação definidas, os programas etc. É necessário reconhecê-las e analisá-las para compreender a natureza das políticas e das ações governamentais e os interesses e valores que elas carregam.

Esses interesses são necessariamente antagônicos e estão sempre em disputa, não por uma questão moral ou subjetiva, mas por uma objetividade resultantes das formas de relações sociais de tipo capitalista, onde persistem proprietários e não proprietários dos meios de produção da vida.

Quais as formas de inserção da lógica privada na administração da coisa pública ?

A lógica do capital e o raciocínio eficientista, fortemente incorporados pelas reformas empreendidas no Brasil nos anos 1990, são sentidos, sobretudo, na administração escolar, que vai importar os modelos de organização e de administração empresarial adotados, notadamente:

- Na transferência direta (privatização) de serviços públicos para a iniciativa privada.
- Na diminuição e/ou desqualificação dos serviços públicos estatais.
- No fortalecimento de uma ideologia que a justifique e a legitime (para isso serviu bem a pedagogia das competências, que tinha como uma de suas principais referências e idéia de empregabilidade, na década de 1990).
- Na incorporação da lógica privada na administração dos serviços públicos. – aqui pode ser compreendida a idéia da propriedade pública não-estatal.

A lógica privada, ao « se anunciar » para a gestão estatal o faz com um conjunto de promessas, em particular na área educacional. Nas últimas décadas o discurso do privado tem se manifestado em torno de várias idéias que revelariam as positivities da substituição da lógica pública para a lógica privada, na gestão do Estado:

- i. A eficiência (a garantia de um trabalho correto, sem erros e produtivo).
- ii. Eficácia (a garantia de que os esforços empregados resultariam nos resultados esperados).
- iii. Agilidade, em contraposição ao « elefante branco », o Estado, que impediria a resolução rápida dos problemas essenciais.
- iv. Economia de custos e a auto-sustentabilidade (suposto combate à corrupção e venda de serviços e produtos).

Com efeito, a combinação do neoliberalismo com a ideologia da globalização criou disposições ideológicas assentadas em valores, normas, atitudes, aptidões, que, apesar de aparentemente corresponderem ao interesse de todos, interessa mais particularmente ao grupo dirigente (LEHER, 2002: p. 197). Adentrando com maior profundidade nas discussões sobre as reformas observamos em alguns momentos o seu caráter inovador e, em outros, que elas se colocam como instrumentos de perpetuação de práticas conformadoras das políticas de dominação, burocráticas e ineficientes.

Esta dualidade parece estar a serviço da configuração de uma tendência moderna de gerenciamento das políticas públicas, que encontra seus fundamentos nos pressupostos do ideário neoliberal, o qual pode ser assim identificado em diferentes políticas, programas e experimentos de gestão.

Um caso paraense : a OS-ETTP

Com vistas a dar materialidade a esta discussão e considerando algumas das promessas da lógica gerencial privatista, observamos uma experiência paraense de gestão privada de uma rede de escolas públicas. Trata-se da experiência de gestão da rede de escolas técnicas estaduais do Pará, onze no total, por uma organização social, a OS-ETTP – Organização Social Escola de Trabalho e Produção, uma expressão do modelo de público não estatal proposto por Breser Pereira.

Esta experiência de gestão foi levada à cabo pelo Governo do Estado do Pará, no período de 1998 a 2006, incentivados pela Política do Governo Federal que desresponsabilizava-se pela gestão do ensino técnico estimulando a gestão privada das redes existentes, buscando construir uma nova institucionalidade da educação profissional no Brasil, mas eficiente, menos estatal e separada do ensino médio. Este projeto do Governo Federal tinha no PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional – uma ferramenta útil pois este Programa priorizava o investimento público em instituições de educação profissional que não estivessem sob a gestão estatal.³

O Governo do Estado transferiu as cinco escolas técnicas existentes no Estado e seis em construção para serem geridas por esta OS. “As OS – Escolas de Trabalho e Produção trabalhavam com um modelo pedagógico atrasado e pouco eficiente, que valorizava escolas profissionais em formato de oficinas, sem agregar a escolarização. Este modelo é pouco eficiente e, no máximo, **treina trabalhadores**.

As Escolas de Trabalho e Produção se comprometiam com a idéia de auto-sustentabilidade das unidades educacionais em cinco anos, mas isso nunca foi atingido, pois, foi sempre o Governo do Estado que financiou praticamente todas as atividades daquelas escolas. Não foram poucas as vezes em que a Secretaria de Educação teve que socorrer as Escolas da OS para que as aulas não fossem paralisadas em função de problemas de gestão (SEDUC, 2008).

As Escolas de Trabalho e Produção representaram um projeto educacional que desobrigava o estado das funções educacionais, mas obrigava-o ao financiamento das atividades desenvolvidas por terceiros, sem que tivesse o poder de decisão política sobre o uso destes recursos.

Conforme o relatório da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC, 2008), alguns dos resultados desta experiência de gestão podem ser assim elencados:

- **Resultados financeiros**

O número de alunos matriculados nas escolas da OS, em 2006, era 1800, para um orçamento anual de mais de 5 milhões de reais (exclusive o pagamento de parte do pessoal docente). O custo-aluno, portanto, era de R\$2.777,00, em valores da época;

(Endnotes)

- 1
 - No ano de 2008, depois do distrato da OS e com a retomada da gestão das escolas pela Secretaria de Educação, o número de alunos matriculados passou para 4.957 alunos, com um custeio de pouco mais de 1 milhão de reais (exclusive o pagamento de pessoal);
 - Sob a gestão da OS o número médio de alunos por escola era de apenas 150. Eram 1800 alunos para 11 escolas em funcionamento em 2006;
 - Foram adquiridos pela OS, com recursos públicos federais, equipamentos que nunca foram entregues às escolas;
 - Alguns dos equipamentos comprados com recursos federais foram inadequados à realidade econômica local. Por exemplo, foram adquiridos equipamentos para produção de laticínios para uma escola no Município de Abaetetuba, cidade em que não há rebanho de gado leiteiro;
 - A OS apropriou-se do patrimônio público. Ela acumulou, durante o período do contrato, um patrimônio que, parte dele, nunca foi devolvida;
 - A SEDUC se obrigava a repasses mensais que incluía o custeio da hierarquia da OS;
 - Os alunos, quando matriculados nas Escolas da OS, não computavam nos dados do censo educacional que permitiriam que o estado recebesse os recursos do FUNDEB.
- **Resultados pedagógicos:**
 - Além da pouca matrícula, as Escolas de Trabalho e Produção tinham uma média de evasão de 44% e em alguns cursos a evasão chegava a 60%;
 - Desvincularam a educação profissional da escolarização, modelo que mais qualifica os trabalhadores;
 - Privilegiaram cursos em módulos com terminalidade e de curta duração, visando as matrículas isoladas (e pagas). Isso em detrimento de cursos técnicos regulares;
 - Focavam a formação nos interesse imediatos das empresas e desconsideravam a idéia de uma qualificação focada nas necessidades dos trabalhadores;
 - os Professores eram horistas, sem vínculo com o projeto pedagógico das escolas e estas não tinham quadro fixo de docentes e equipe técnica, principalmente no interior do estado.

O que significou a sua ação para a formação de técnicos no Pará?

A gestão não foi eficiente e nem ágil na resolução de processos que interessavam a alunos e trabalhadores, tal como nos órgãos estatais. A OS não foi eficiente pois o custo-aluno foi superior ao da escola pública e os resultados não justificaram tal situação.

A OS também não foi eficaz, pois foram pífios os resultados em termos de números alunos titulados, como se pode observar nos dados acima.

Os custos da formação gerenciada pela OS teve uma elevação e os resultados foram rebaixados, tendo prevalecido o tipo de prática predominante no estado capitalista, marcado pela corrupção e pelo mau uso da coisa pública.

A gestão das escolas de educação profissional pela OS foi objeto de avaliação de uma Comissão da SEDUC e de auditorias da AGE – Auditoria Geral do Estado e do TCE – Tribunal de Contas do Estado e todas reprovaram esta experiência de gestão e recomendaram o distrato entre a SEDUC e a OS (SEDUC, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência paraense da OS foi finalizada em 2008, como opção política de um outro governo, de inspiração popular. Mas, após nova mudança de projeto no Governo do Estado, corre o risco de sua lógica voltar a se instalar na rede de escolas tecnológicas criada em 2008.

Por isso consideramos necessária a luta para que não se reproduza e nem se legitime a idéia de que « o privado funciona melhor que o público ». É necessário verificar para quem funciona melhor quando o Estado se organiza sob a lógica do público.

O público e o privado não se revelam diretamente, é necessário compreender como estes interesses se revelam no âmago das políticas e das instituições brasileiras.

Por trás deste embate persiste uma disputa ideológica em torno dos valores ético-políticos que devem orientar o trato da coisa pública e, mais importante ainda, a conduta das pessoas: interesses egoístas *versus* interesses solidários.

Devemos evitar abordagens maniqueístas (ou é isso ou é aquilo), abordagens conspiratórias (dos capitalistas contra os pobres Trabalhadores), abordagens passionais (motivadas pela raiva ou pelo amor) ou abordagens moralistas (o bem contra o mal). A questão é econômico-social, é estrutural, quer queiramos ou não.

A realidade sempre revela-se contraditória. Também o estado revela-se palco de disputa de interesses, mesmo que sobre ele prevaleça a vontade dos interesses privados, pois ele, necessariamente, corresponde às relações econômicas predominantes na sociedade.

Finalizamos reafirmando três idéias: a primeira de que o homem não é naturalmente egoísta, essa é a forma predominante do ser social na ordem capitalista, mas que pode e deve ser dissolvida. A segunda é que o privado não é, por sua natureza, mais eficiente que a coisa pública, os dados da experiência de gestão da OS-ETTP revelam isso. A outra idéia é de que somente no espaço público pode ser fortalecida a democracia e os sentimentos de solidariedade, inclusive nas escolas. Somente os trabalhadores podem buscar inverter os valores dominantes pois eles não têm nada a perder, só a ganhar, com o fortalecimento de valores comunitários, solidários e democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. M. L. Et Al. **A Educação Profissional do Pará**. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2007.
- _____. **Instituições de formação profissional – história e perspectivas: o projeto da nova institucionalidade da educação profissional brasileira dos anos 1990**. Belém: Texto, s/d.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13^a edição, 2000.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1988.
- BRASIL, Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e da Reforma do estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília (DF), 1995.
- Bresser Pereira. **Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do estado**. Texto, s/d. p. 102.
- CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CURY, C.R.J. **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. In: LOMBARDI, J.C.; JACONELI, M.R.M.; SILVA. T.M. (Org.). Campinas: Autores Associados, 2005.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.
- GURGEL, C. **Gestão Pública Democrática**. Rio de Janeiro: texto. s/d,
- LEHER, R.. Movimentos sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, O. & SEMERARO, G. (orgs). **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- PORTELA, R. **Educação e Cidadania: O Direito à Educação na Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Tese de Doutorado – FEUSP. 1995.
- REZENDE, F. da C. **Por que falham as reformas administrativas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
- SEDUC-Pará. **A Gestão da Educação profissional no Pará sob a Responsabilidade da OS-ETTP – relatório preliminar**. Belém: SEDUC, 2008.
- SMITH, A. **Riqueza das Nações**. In: OS ECONOMISTAS. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.
- SOUZA, A. R. de. **Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar**. Educar, Curitiba, nº 22, p. 17-49, 2003. Editora UFPR.

¹ Mesquinho é o mesmo que “privado do necessário, estéril, não generoso” (Cunha, 2010, p. 423).

² Bottomore. 1988, p. 135-136.

³ Sobre isso ver Araujo, s/d e Araujo et al, 2007.